



**A POLÍTICA PÚBLICA DE APOIO À INOVAÇÃO NA BAHIA: UMA REFLEXÃO  
PARA O DEBATE NACIONAL**

**THE PUBLIC POLICY OF SUPPORTING INNOVATION IN BAHIA: A REFLECTION FOR  
THE NATIONAL DEBATE**

**LA POLÍTICA PÚBLICA DE APOYO A LA INNOVACIÓN EN LA BAHÍA: UNA REFLEXIÓN PARA  
EL DEBATE NACIONAL**

**Sergio Hage Fialho, Dr.**

Universidade Salvador/Brazil  
[shagefialho@uol.com.br](mailto:shagefialho@uol.com.br)

**Isabella Bertoncini, Bel.**

Universidade Salvador/Brazil  
[isabella.bertoncini@yahoo.com.br](mailto:isabella.bertoncini@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O objetivo da pesquisa é discutir a política pública de apoio à inovação na Bahia, na perspectiva de questões emergentes no cenário nacional e do conceito de sistema de inovação. Foram analisados os critérios dos editais de apoio à pesquisa e a inovação da FAPESB do ano de 2010, para avaliação do grau de focalização institucional e temática da política. As conclusões apontam a existência de evidências de dispersão institucional e temática na aplicação dos recursos, e registram a convergência desses resultados com os estudos da política de inovação vigente no país. São também apontadas especificidades complementares para o caso da Bahia.

**Palavras-chave:** Inovação; Gestão; Política Pública.

**ABSTRACT**

The objective of this research is to discuss public policy to support innovation in Bahia, from the perspective of emerging issues in the national debate and for the concept of innovation system. We analyzed the criteria of edicts to support research and innovation of FAPESB in 2010, to assess the degree of institutional and thematic focus of the policy. The findings indicate the existence of evidence of institutional and thematic dispersion in the application of resources, and record the convergence of these results with studies of innovation policy at national level. Are also pointed specificities complementary to the case of Bahia.

**Keywords:** Innovation; Management; Public Policy.

**RESUMEN**

El objetivo de esta investigación es analizar las políticas públicas de apoyo a la innovación en la Bahía, desde la perspectiva de las nuevas cuestiones en el plano nacional y del concepto de sistema de innovación. Se analizaron los criterios de edictos para apoyar la investigación y la innovación de la FAPESB en 2010, para evaluar el grado de foco institucional y temático de la política. Los resultados indican la existencia de pruebas de la dispersión institucional y temático en la aplicación de los recursos, y registran la convergencia de estos resultados con los estudios de la política de innovación en vigor en el país. Se señaló también especificidades complementarias para el caso de Bahía.

**Palabras clave:** Innovación; Gestión; Políticas Públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

Passados 15 anos da conclusão da extensa pesquisa de Castells (1996), que estabeleceu o conceito de “economia informacional” como traço específico da sociedade emergente para o século XXI, a capacidade de inovação tecnológica tornou-se premissa obrigatória no debate das estratégias de desenvolvimento, reconhecida como elemento central da competitividade de países, regiões e empresas.

Ao longo desses anos, nos planos internacional e nacional, multiplicaram-se as formulações e implementações de políticas de apoio a inovação, que expandiram o escopo tradicional das estratégias de desenvolvimento da ciência e da tecnologia (OCDE, 2005; MCT, 2010).

Esta expansão ocorreu não só quantitativamente, mas sobretudo pela difusão de um novo paradigma no entendimento das relações entre ciência e mercado, com a superação da visão linear que percebia a tecnologia exclusivamente como consequência da ciência básica, e com a indicação da crescente determinação dos retornos financeiros sobre a agenda de ambas as esferas (ROSENBERG, 2006). A superação da visão linear do processo de inovação ampliou a compreensão de que o desenvolvimento da taxa de inovação nos setores econômicos depende do dinamismo das relações entre as empresas, as instituições de pesquisa e desenvolvimento e dos mecanismos de política pública relacionados ao apoio fiscal, financeiro e técnico aos projetos de inovação (LUNDVALL, 2002).

Visto de modo amplo, as políticas públicas dos países desenvolvidos e emergentes vêm tratando sob um enfoque cada vez mais estratégico a inovação, na medida em que a economia global torna-se cada vez mais baseada em conhecimento e tecnologia.

Também e especialmente no Brasil, a inovação vem ocupando crescente espaço no debate acadêmico, político e empresarial. Apesar da robusta economia industrial e do importante desempenho econômico e acadêmico do país nos anos recentes, existem e persistem enormes dificuldades para avanços na capacidade do setor produtivo brasileiro desenvolver competência tecnológica, isto é, capacidade de inovação. Cavalcante (2011), por exemplo, registra o “descolamento” entre a produção científica nacional (com mais de 2,5% do total de artigos publicados em periódicos científicos internacionais em 2010) e a produção tecnológica (com 0,1% de participação no depósito de patentes no United States Patent and Trademark Office - USPTO).

Este cenário desperta outras reflexões. Em estudo recente, De Negri e Alvarenga (2011) indicam a crescente dependência da economia brasileira da exportação de *commodities*, cujo crescimento nos últimos anos se dá ao mesmo tempo em que o país vem perdendo participação relativa nos mercados mundiais dos outros tipos de produtos, especialmente dos produtos de maior densidade tecnológica.

Em síntese, a economia brasileira apresenta tendência a intensificar sua dependência de atividades de baixa densidade tecnológica, cuja capacidade relativa de geração de empregos e renda é crescentemente questionável, e o país não apresenta indícios significativos de avanço na sua capacidade de gerar inovações.

O desafio representado por esse contexto, colocado ao país pela crescente influência da emergente economia do conhecimento, envolve todas as suas regiões, mas naturalmente projeta-se sobre elas de formas diferenciadas, a depender do modo como cada uma delas se insere na estrutura econômica nacional.

Nesse sentido, a Bahia caracteriza-se por apresentar uma economia regional importante (sétimo PIB regional do país em 2010), mas, apesar do movimento de diversificação industrial e renovação do perfil agrícola

registrado na última década, segue centrada essencialmente na produção de bens intermediários para o sudeste e de *commodities* para exportação, com seus núcleos industriais dinâmicos apresentando caráter concentrador e intensivo em capital (CARVALHO JUNIOR; SILVA; PESSOTI, 2011).

Por outro lado, o quadro social do estado permanece crítico. O indicador IFDM, que integra dados das áreas de educação, saúde, emprego e renda para 2007 (FIRJAM, 2010), indica que a Bahia coloca-se na 20ª posição (para 27 unidades federativas), e, no Nordeste, na 5ª posição, abaixo do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Sergipe.

Permanecem, portanto, para a Bahia, antigos desafios colocados para a sua estratégia de desenvolvimento, que se mantém subordinada a uma dinâmica econômica baseada na captação de investimentos exógenos, incapaz de construir as capacitações endógenas dinâmicas que podem conduzir o estado a superar as contradições que marcam historicamente seu processo de desenvolvimento (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Nesse sentido, e *mutatis-mutandis*, há uma certa similaridade entre o posicionamento do Brasil no cenário internacional e o posicionamento da Bahia no cenário nacional, especialmente no que se refere à convivência de uma importante estrutura econômico-industrial de caráter eminentemente primário e intermediário com elevados níveis de desigualdade social, e no que se refere à quase ausência de vantagens competitivas dinâmicas de base local.

O conjunto do cenário do Brasil e da Bahia, portanto, aponta para o caráter estratégico de que se revestem as políticas de ciência, tecnologia e inovação, e, portanto, sustentam a necessidade de constante avaliação dos critérios e impactos dessas políticas no espaço nacional ou regional.

Esta pesquisa, de caráter exploratório, examina o perfil geral da política de apoio à ciência, tecnologia e inovação, tal como expresso nos editais de subvenção da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) em 2010, com o objetivo de estruturar cenários e analisar questões relevantes para o seu entendimento. A pesquisa insere-se em uma perspectiva que compreende o desenvolvimento tecnológico nacional como a articulação de diferentes dinâmicas regionais com forte conteúdo endógeno, capazes de alavancar o desenvolvimento com ampla distribuição espacial e social de seus esforços e frutos. Além disso, considera que a descentralização operacional da política de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico ocorre ao lado da adoção, nos vários estados, de soluções institucionais similares para a gestão da política. Esses elementos do contexto mais amplo estabelecem interesse nacional para a análise das políticas regionais de desenvolvimento científico e tecnológico.

## 2 AS POLÍTICAS DE APOIO À INOVAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, os mecanismos legais de apoio público à inovação iniciam em 1993 (Lei 8.661), com o estabelecimento de incentivos fiscais às atividades empresariais de P&D, e com os programas de desenvolvimento tecnológico industrial e agropecuário (PDTI e PDTA). No final da década, a criação dos Fundos Setoriais constituiu fundamental evolução da política de apoio, ao institucionalizar, ampliando, os mecanismos de financiamento público às inovações.

O apoio à inovação no Brasil hoje se expressa em três instrumentos principais: a Lei do Bem (11.196/2005), que desburocratiza a concessão de incentivos fiscais para as empresas que investem em P&D, a

Lei da Inovação (10.973/2004), que estabelece formas para intensificar as relações entre a infraestrutura acadêmica de C&T e o setor produtivo, e, mais recentemente, a Lei 12.349/2010, que altera a Lei das Licitações (8.666/1993), estabelecendo mecanismo de atribuição de preferencialidade, pelo setor público, para produtos nacionais e para produtos nacionais decorrentes de inovações tecnológicas.

A avaliação de resultados das ações de apoio à inovação, porém, vem sendo objeto de um conjunto de estudos que indicam, ao lado de alguns efeitos positivos na dinamização do setor produtivo, problemas significativos que requerem a atenção dos formuladores e gestores das políticas públicas nacional e regionais.

Zucoloto (2010) constata que os benefícios fiscais possibilitados pela Lei do Bem (R\$ 1,5 bilhão em 2008) tem sido majoritariamente capturados por empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, dos setores de petróleo, automóveis e aeronaves – que já desenvolvem com recursos próprios atividades de P&D. Essa constatação problematiza a capacidade da Lei em promover a diversificação setorial do esforço tecnológico.

Afirmando o impacto positivo, na última década, do financiamento à P&D nas empresas brasileiras pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), De Negri e Lemos (2009) constatam, por outro lado: a fragilidade da participação do financiamento público às atividades de P&D nas empresas (5% dos gastos totais das empresas com P&D, enquanto nos países desenvolvidos o índice chega a 50%), a necessidade de foco e de aumento substantivo dos recursos dos Fundos Setoriais (para que o país alcance efetivamente regimes tecnológicos de países emergentes e desenvolvidos), e a carência de integração entre os instrumentos da política de inovação e a política de desenvolvimento da produção.

Cavalcante (2011) sustenta que existe, no Brasil, um certo (difuso) consenso na adoção de uma visão sistêmica da inovação, que convive paradoxalmente com um certo (confuso) dissenso na formulação dos instrumentos e na operação da estrutura institucional de implementação, o que na prática tem conduzido a um reduzido nível de incentivos efetivos à alocação de recursos para inovação no setor produtivo.

A análise dos obstáculos discutidos por Cavalcante (2011) revela dois problemas de fundo: a concentração dos recursos na pesquisa acadêmica (básica ou, em todo caso, não necessariamente implicada com a geração de inovações) e a excessiva pulverização dos recursos (em projetos de pequeno porte e/ou dispersos em um conjunto amplo de áreas genericamente definidas), que em conjunto impedem – na maior parte dos casos – a concentração dos recursos de forma continuada em focos estratégicos, esses indispensáveis a uma estratégia econômica baseada na construção de competitividade tecnológica.

Na origem desses problemas de foco, Cavalcante (2011) identifica a enraizada hegemonia de um conceito tradicional do processo de inovação (a inovação como consequência direta e linear da pesquisa básica), incentivando que a legitimação social dos gestores dos mecanismos de implementação da política direcione-se para os atores alinhados a essa visão tradicional.

São esses fatores que conduzem os mecanismos institucionais de gestão da política da inovação, em última análise, e claro que com exceções, a privilegiar o complexo acadêmico universitário em detrimento dos interesses estratégicos do desenvolvimento nacional e regional.

### 3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A crítica que aponta um suposto caráter tecnofílico no posicionamento teórico de Castells (1996a), no sentido de que sua abordagem estaria comprometida por uma espécie de determinismo tecnológico, que se sobreporia à lógica de acumulação do capital (KATZ, 2008; Charras, 2006), parece-nos fragilizar-se quando confrontada com o próprio discurso de Castells (1996b, pág. 15), que considera a sociedade em rede uma sociedade capitalista (“...so, what is the Network Society ? It is a society that is structured in its dominant functions and processes around networks. In its current manifestation it is a capitalist society...<sup>i</sup>”), reclama a necessidade de uma análise complementar na perspectiva da dinâmica especificamente capitalista<sup>ii</sup>, e adverte que a adoção do conceito de revolução tecnológica como perspectiva da análise

não sugere que novas formas e processos sociais surgem em consequência de transformação tecnológica. É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo (CASTELLS, 1996a, p. 25).

Essas qualificações da abordagem de Castells, nesse ponto convergentes com Lévy (1993)<sup>iii</sup>, se apontam a continuidade estrutural do sistema econômico-social capitalista, reclamam a necessidade de novos conceitos que possibilitem lidar, em nova morfologia, com a complexa interação da dimensão tecnológica no processo e na estrutura social em que se desenvolvem os acontecimentos e conflitos políticos, econômicos e sociais contemporâneos. Nesse sentido a consideração da inovação tecnológica como uma dimensão essencial à análise das estratégias de desenvolvimento econômico – fundamento deste trabalho - assenta-se, portanto, em bases conceituais relevantes, ainda que não isentas do debate crítico.

Outro fator que poderia limitar a abordagem proposta neste trabalho é a visão da inovação como um efeito direto do conhecimento científico acadêmico, que qualificamos de uma visão tradicional da dinâmica da inovação.

A persistência institucional da visão tradicional demonstra a complexidade do processo de adaptação e recriação da camada institucional e cultural da sociedade, em conexão com as incessantes e crescentes mudanças econômico-tecnológicas da sociedade moderna, conforme assinalam as inúmeras pesquisas relacionadas ao “paradoxo de Solow” (TEIXEIRA, 1999). A visão tradicional não encontra, também, sustentação nas mais importantes contribuições ao entendimento da inovação (SCHUMPETER, 1939; NELSON; WINTER, 1982; LUNDVALL, 2002), e especialmente em Rosenberg (2006), que assinalou, em trabalho seminal, que essa visão se limita por considerar a inovação tecnológica uma decorrência direta e linear da pesquisa científica. Rosenberg (2006) segue demonstrando que a tecnologia constitui um universo próprio de práticas e conhecimentos, que muitas vezes precede o conhecimento científico, e que de diversas formas determina e influi na agenda da ciência, mediando crescentemente a relação desta com o mercado.

A visão tradicional identifica apenas um modo de geração de inovações, o modo STI (*Science-Transfer-Innovation*)<sup>iv</sup>, fortemente relacionado às atividades de P&D, das quais se originariam todos os processos inovativos. A literatura de inovação, porém, assinala o caráter estratégico, para o desenvolvimento econômico, do modo DUI (*Doing-Using-Interacting*)<sup>v</sup>, relacionado especialmente às inovações incrementais, com foco na

dinâmica interativa das empresas com seu entorno (clientes, fornecedores, outras empresas e infraestrutura de conhecimento) e cujo papel na geração do desenvolvimento econômico tem sido amplamente constatado em vários estudos internacionais (LUNDVALL, 2002; OCDE, 2005).

O conceito de sistema de inovação<sup>vi</sup> fornece uma perspectiva ampla e estruturada para a avaliação das políticas de inovação, na medida em que inclui mas supera a visão tradicional do processo de inovação centrado no modo STI, enfatizando as firmas e suas interações de aprendizagem conforme o modo DUI. Essencialmente interacionista, o conceito possibilita a abordagem sistêmica do processo de inovação, considerando a existência de um Núcleo – formado pelas firmas e pelas instituições de pesquisa e conhecimento – e de um Ambiente, formado pelas instituições relacionadas ao sistema de educação, mercados de trabalho, mercados financeiros, direitos de propriedade intelectual, entre outras influentes na dinâmica da inovação (LUNDVALL, 2002; OCDE, 2005). O Núcleo – no qual as firmas tem o papel central – constitui o cerne tecnológico do processo de inovação, e inclui as competências de firmas e instituições de pesquisa e conhecimento (ICT's) e os relacionamentos entre as firmas e entre as firmas e essas instituições. O Ambiente, que determina condições essenciais estruturais para que se desenvolva a dinâmica da inovação no Núcleo, tem na ação do Estado, especialmente em países em desenvolvimento (EVANS, 2004; LUDVALL, 2005), um papel institucional e político fundamental.

A política pública de apoio à inovação, portanto, constitui um recorte qualificado para a análise da dinâmica de inovação de uma região ou país, e seu direcionamento é tratado nesta pesquisa em dois focos.

De um lado, o **grau de focalização institucional**, vale dizer, a existência e intensidade do foco da política no desenvolvimento da capacidade de inovação *do setor produtivo* e no estímulo à *interação do setor produtivo com a base de pesquisa e desenvolvimento*. A focalização institucional abrange não apenas este direcionamento da política de apoio à inovação para o setor produtivo e para a interação entre setor produtivo e ICT's, mas inclui a avaliação do peso relativo que a administração estadual atribui ao apoio à ciência, tecnologia e inovação no contexto da multiplicidade de setores que compõem a administração pública estadual

Por outro lado, a visão sistêmica da inovação, devido a seu foco no desenvolvimento da capacidade competitiva do setor produtivo, implica também necessariamente na essencialidade da **focalização temática** da política pública de apoio a inovação, ou seja, na *seletividade com que a política recorta e concentra recursos em áreas de conhecimento e setores econômicos estratégicos* para a promoção do desenvolvimento nacional/regional. Essa perspectiva é amplamente sustentada na literatura que examina as trajetórias históricas de desenvolvimento da competitividade tecnológica dos países líderes (MOWERY; ROSENBERG, 2005; FREEMAN; SOETE, 2008), sempre centrada em um conjunto de setores selecionados, que correspondiam às necessidades e possibilidades políticas e econômicas de cada época e região. Essa perspectiva de focalização temática emerge especialmente na literatura que examina as trajetórias de países e regiões em desenvolvimento, o que é natural face às carências estruturais de recursos públicos para investimento no desenvolvimento econômico (EVANS, 2004; FIALHO, 2006).

Esses dois elementos conceituais – focalização institucional e focalização temática da política pública –, derivados do conceito de sistema de inovação na perspectiva interacionista, sustentam o modelo de análise desta pesquisa, estruturado para a análise do **foco da política pública de inovação adotada na Bahia** através do exame das seguintes dimensões:

a) Foco Institucional

- a prioridade geral atribuída pelo orçamento do Estado ao desenvolvimento científico e tecnológico. O indicador utilizado foi uma série histórica das despesas da administração estadual com a função Ciência e Tecnologia (SEFAZ, 2011);

- os beneficiários da política: a prioridade atribuída pela política de inovação às firmas e ao relacionamento dessas com as instituições de conhecimento, ou seja, o modo como a política aborda as instituições que estão no Núcleo do ambiente de inovação. Para esta análise foram utilizadas informações relativas aos projetos apoiados por editais da FAPESB no ano de 2010: tipos de atividades, natureza das instituições e áreas de pesquisa/inovação beneficiadas (FAPESB, 2010a; FAPESB, 2010b), apresentadas no texto e sintetizadas na Tabela 1, Tabela 2 e Tabela 3, ao final deste trabalho.

b) Foco Temático

- o critério temático de seletividade e concentração dos investimentos em áreas estratégicas, que está relacionado ao modo como a política estabelece prioridades setoriais e tecnológicas, o que permite uma primeira percepção de possíveis impactos efetivos em determinados setores considerados estratégicos para a economia regional. Igualmente foram utilizados os dados relativos aos projetos apoiados pela FAPESB (FAPESB, 2010a; FAPESB, 2010b).

Precedendo a análise da política de apoio à inovação segundo as dimensões e indicadores apontados, uma contextualização geral para o exame da política foi construída a partir de duas variáveis expressivas do contexto regional: as taxas de inovação verificadas na economia da Bahia (tendo como *proxy* um conjunto de atividades industriais selecionadas) e o desempenho das firmas baianas na captação de recursos para a inovação (tendo como *proxy* a captação de recursos do programa de subvenção econômica à inovação do governo federal).

## 4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INOVAÇÃO NA ECONOMIA DA BAHIA

### 4.1 Características gerais (PINTEC)

A Bahia, em 2008, participou com 4% do PIB nacional e com 2,8% das empresas inovadoras<sup>vii</sup> do país (PINTEC, 2010). Considerando o período 2006-2008, 36% das empresas do estado desenvolveram algum tipo de inovação de produto e/ou processo, para uma média nacional de 38%. Dos produtos e processos inovados na Bahia, 26% e 11%, respectivamente, foram inovadores para o mercado nacional. O nível de desagregação dos dados regionais da PINTEC não possibilita a identificação vertical dos setores mais dinâmicos, para mensuração do nível de concentração, mas são suficientes para identificar algumas características gerais relevantes para o cenário da inovação na Bahia.

O principal responsável pelo desenvolvimento das inovações de produtos é a própria empresa (84%), sendo pouco significativas as categorias “outra empresa do grupo” (2%), “a empresa em cooperação com outras empresas ou institutos” (1%) e “outras empresa e institutos” (2%). A situação se inverte em relação aos processos inovados, onde o principal responsável está na categoria “outra empresa do grupo” (79%), seguida da “própria empresa” (19%), sendo irrelevante a participação de outras empresas ou institutos (1%). De um modo

geral, os percentuais acompanham os resultados nacionais, com importante exceção da “cooperação com outras empresas e institutos” no caso de produtos, cuja média no Brasil é 8% e na Bahia 1%.

Esses resultados são consistentes com o cenário das **fontes de informação tecnológica empregadas** pelas empresas da Bahia, onde sobressai a interação com fornecedores (68%), clientes (72%), concorrentes (73%), feiras e exposições (72%) e redes informatizadas (75%), em detrimento das universidades e centros de pesquisa (11% e 9%, respectivamente). Vale observar que as médias brasileiras para a interação com universidades e centros de pesquisa são, respectivamente, 18% e 17%, quase o dobro do verificado para a Bahia nos dois casos.

Também é relevante assinalar que a **atividade inovativa considerada mais importante** pelas empresas baianas foi a “aquisição de máquinas e equipamentos” (54% das empresas), enquanto o “desenvolvimento de P&D interno” alcançou 4% (no Brasil, a média é de 8%).

De um modo geral, os indicadores assinalam, na Bahia, a expressão agravada do tipo de dinâmica de inovação ainda dominante no Brasil, com baixa interação entre empresas e entre empresas e instituições de conhecimento, e com a inovação sendo gerada em grande medida pela introdução de máquinas e equipamentos nos processos produtivos (*transferência de tecnologia incorporada*).

Finalmente, em relação aos obstáculos considerados mais importantes pelas empresas que geram inovações na Bahia, destacam-se a “escassez de fontes apropriadas de financiamento” (54%), “falta de pessoal qualificado” (46%), e “escassas possibilidades de cooperação com outras empresas e institutos” (45%) seguidas por “elevados custos da inovação” (39%) e “riscos econômicos excessivos” (38%). Esses cinco obstáculos coincidem com os registrados para o Brasil, mas com alterações que interessa registrar: “elevados custos da inovação” (47%) e “riscos econômicos excessivos” (39%) são os mais citados para o Brasil, seguidos por ““escassez de fontes apropriadas de financiamento” (38%), “falta de pessoal qualificado” (36%), e “escassas possibilidades de cooperação com outras empresas e institutos” (16%). Com 22% de citações, merece ainda registro, no caso da Bahia, a categoria “rigidez organizacional”.

Esses dados da PINTEC indicam, mais uma vez, a convergência da Bahia, em acorde mais grave, com o cenário nacional. Mais grave na medida em que aponta uma *especificidade regional* em relação à maior escassez de fontes de financiamento, de recursos humanos qualificados, e de possibilidades de cooperação com outras empresas e instituições de conhecimento, o que situa esses fatores como os maiores obstáculos às inovações no setor produtivo do estado, corroborando empiricamente a relevância desta pesquisa.

## 5 DESEMPENHO NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A INOVAÇÃO

São diversificados os programas, em nível nacional, que disponibilizam recursos para a inovação. Devido ao caráter exploratório deste trabalho, selecionamos o programa de Subvenção Econômica à Inovação<sup>viii</sup> como critério para avaliar a dinâmica de captação de recursos pelas empresas baianas, considerando especialmente o fato de que o referido programa disponibiliza recursos não reembolsáveis, sendo portanto, um alvo prioritário de estratégias de captação de recursos.



Entre os anos de 2007 a 2009, o Subvenção Econômica apoiou 680 projetos de inovação no país, com um investimento total de cerca de 1,3 bilhões (R\$ 1.293.289.781), e um valor médio por projeto de quase R\$ 2 milhões (R\$ 1.901.897).

As empresas baianas captaram, no conjunto dos três anos, apenas 12 projetos (2%), com valor total de R\$ 21,5 milhões (2%) e valor médio por projeto de R\$ 1,8 milhões (R\$ 1.790.393). Entre os 22 estados brasileiros que mais captaram recursos do Subvenção Econômica om período, a Bahia ocupou o 11º lugar em número de projetos e o 10º lugar em valor total captado.

Considerando que a economia da Bahia é a 7ª economia regional do país (PIB em 2008 de R\$ 121 bilhões), a posição é merecedora de atento exame. Inclusive pelo fato da posição baiana ser amplamente superada por outros estados nordestinos, como Pernambuco e Ceará que, com PIB de cerca de metade da Bahia, captaram entre 2007-2009 cerca do dobro de recursos de Subvenção Econômica para Inovação (R\$ 40 milhões e R\$ 41 milhões, respectivamente). Para uma outra comparação, Santa Catarina, com um PIB do mesmo nível do da Bahia (R\$ 123 bilhões em 2008), captou quase três vezes mais recursos de Subvenção Econômica no período 2007-2009 (R\$ 57,8 milhões).

Quando analisamos a trajetória do desempenho dos estados, mais uma vez o cenário requer atenção, pois a Bahia apresentou elevada regressão na captação: de 6 projetos em 2007 (R\$ 11 milhões captados naquele ano) passou a 3 projetos em 2009 (R\$ 4 milhões captados).

No conjunto, os dados revelam uma baixa capacidade de captação de recursos. O exame das causas desse desempenho escapa ao escopo deste trabalho, mas a persistência do quadro ao longo de três anos exclui fatores conjunturais e apontam para a necessidade de investigação do preparo técnico e gerencial das empresas e do foco das políticas públicas da Bahia para essa preparação.

## **6 ANÁLISE DO FOCO DA POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO À INOVAÇÃO**

### **6.1 Foco institucional: a prioridade do estado para C&T**

Um primeiro indicador relevante do foco da política de apoio à inovação expressa-se no valor total das despesas<sup>ix</sup> realizadas pela administração estadual em 2010 na função de governo “Ciência e Tecnologia”, que atingiu R\$ 122.605.233 (SEFAZ, 2011). Este valor equivale a 0,5 % do total da despesa pública estadual em 2010. Em 2005, o valor total das despesas na mesma função foi de R\$ 66.996.000, valor que representava 0,45 % do total das despesas daquele ano (SEFAZ, 2011). Entre 2005 e 2009, a participação da C&T na despesa total oscilou: 0,38% em 2006, 0,35% em 2007, 0,44% em 2008 e 0,40% em 2009.

Ou seja, medida pelas despesas do governo, a política pública estadual não revela incremento de prioridade para a ciência e tecnologia nos últimos 6 anos na Bahia, parecendo não refletir, portanto, uma consciência das necessidades específicas de construção de uma nova estratégia para o desenvolvimento do estado, como também parecendo alheia ao crescente reconhecimento do papel da tecnologia e da inovação no contexto nacional e internacional.

## 6.2 Foco institucional: os beneficiários da política

A principal política estadual especificamente direcionada para a dinamização da capacidade científica e de inovação da infraestrutura de pesquisa e do setor produtivo da Bahia é gerida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb, com base em recursos do orçamento do estado e em recursos captados junto ao governo federal, especialmente Finep e do CNPq.

Incluindo aportes feitos pela Fapesb a editais do CNPq na área da biodiversidade (Programa Bio Bahia), de ordem de R\$ 1,4 milhões, o investimento total<sup>x</sup> da Fapesb em 2010 foi de R\$ 92 milhões, que representa cerca de 0,36% da despesa total executada pela administração estadual em 2010 (SEFAZ, 2011). Cerca de 42% dos recursos totais aplicados pela FAPESB são oriundos do orçamento da própria Fapesb (tesouro estadual), e 58% de aportes externos; destes, 91% vem de programas federais (sendo 74% da FINEP e CNPq), 5% de outros órgãos estaduais e 4% de prefeituras (Fapesb, 2010b).

Podemos então concluir que a FAPESB, pela sua atividade de captação e repasse de recursos externos ao orçamento estadual, acresce em cerca de R\$ 48,5 milhões os recursos disponibilizados pela administração estadual para a área de C&T. Este acréscimo representa cerca de 40% dos recursos próprios totais alocados no orçamento estadual, o que assegura a representatividade da análise da política realizada nesta pesquisa a partir dos editais da FAPESB.

As ações de apoio à ciência, tecnologia e inovação foram organizadas, de acordo com a natureza da instituição beneficiária dominante, em quatro tipos: Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's), Empresas, Setor Público e Outras Instituições.

A distribuição dos recursos totais dos editais revela um certo equilíbrio entre os setores Empresas (41%) e ICT's (34%), devendo ser considerado que o Setor Público, que absorve 20% do total dos recursos, repassa parte importante desses recursos para as ICT's desenvolverem os projetos de seu interesse. As Outras Instituições recolhem 5% dos recursos totais.

No exame das interações entre os protagonistas do processo de inovação, os dados revelam que os editais voltados para as Empresas **não priorizam as relações sistêmicas entre empresas e ICT's**, na medida em que 74% dos recursos envolvem projetos exclusivos das empresas (editais 8/2010 e 23/2010) e 13% focam na relação empresa x empresa (Edital 10/2010, para transferência externa de tecnologia) com possibilidade secundária de bolsas individuais. Apenas 2% dos recursos destinam-se especificamente para a agregação individual de mestres e doutores a projetos das empresas (Edital 09/2010), e finalmente apenas 11% dos recursos são direcionados para a construção de parcerias institucionais entre empresas e ICT's (Edital 14/2010).

Por outro lado, nos editais voltados especificamente para as ICT's, a consideração do relacionamento dos projetos de pesquisa com o setor produtivo – e mesmo com a sociedade – limita-se, em geral, a critérios genéricos e descritivos de impacto tecnológico/econômico e à *possibilidade* de projetos voltados mais diretamente à inovação.

Ainda em relação aos editais voltados para as ICT's, cabe ainda observar o fato de que cerca de **84% dos recursos dos editais são direcionados para as ICT's públicas ou sem fins lucrativos**, excluindo as ICT's privadas.

Ainda em relação ao foco institucional dos investimentos, cabe enfatizar o peso importante dos recursos (20% do total em 2010) que vem sendo destinados a apoiar projetos de pesquisa e inovação do próprio Setor Público.

De modo geral, **as ações de apoio direcionadas às instituições públicas refletem iniciativas dessas próprias instituições, que alocam recursos de seu orçamento para a Fapesb** organizar e processar os editais que estabeleçam projetos de pesquisa cujos resultados serão aplicados no aperfeiçoamento dos serviços públicos sob sua responsabilidade. É o caso especialmente da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA (Edital 07/2010), que recebe recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e da Secretaria de Saúde do Estado – SESAB (Edital 20/2010), apoiada por recursos do Ministério da Saúde – MS. O aporte de recursos do orçamento próprio da Fapesb, nessa categoria de editais, é de 14% dos recursos totais.

Em relação às interações institucionais estimuladas pelos editais para o setor público, em geral **os projetos são direcionados à interação das organizações públicas com as ICT's**, com as ressalvas da exclusão das ICT's privadas com fins lucrativos e do fato de que os projetos da EBDA (Edital 07/2010) são de acesso exclusivo aos pesquisadores da própria EBDA.

Finalmente cabe observar que a categoria Outras Instituições engloba ações diversificadas, envolvendo popularização da ciência e tecnologia, estímulo à educação científica na educação básica, ações de apoio ao empreendedorismo e a empreendimentos econômicos solidários (FAPESB, 2010a). Sendo compreensível a relevância social dessas linhas de ação, **cabe todavia questionar se é papel da Fapesb – como dispositivo institucional com missão de desenvolver a pesquisa científica e a inovação - investir os limitados recursos atuais:**

- a) em determinadas atividades em princípio mais relacionadas aos sistemas educacional ou de assistência técnica rural do setor público;
- b) em ações de estímulo ao empreendedorismo, quando por exemplo os editais de apoio à empresa da Fapesb conseguem atender apenas a 31% da demanda, a qual é formada principalmente por micro e pequenas empresas.

Ainda que se evidencie certo equilíbrio na alocação dos recursos entre Empresas e ICT's, como assinalamos, o que indicaria um foco institucional significativo para o setor produtivo, é importante considerar o baixo investimento no desenvolvimento de relações entre as Empresas e as ICT's.

É significativo o emergente protagonismo do Setor Público como beneficiário dos recursos dos editais. É, no entanto, necessário observar que esses recursos são alocados pelas próprias organizações públicas que virão a ser beneficiadas, indicando, ao que parece, que essas organizações utilizam os editais como mecanismo de gestão da aplicação de recursos já previstos em seu próprio orçamento para P&D, e não como fonte adicional de recursos. Fortalecendo essa percepção, deve ser assinalado que, pelo menos em um caso (EBDA) os recursos alocados ao edital são acessíveis apenas pelos seus próprios pesquisadores, deixando claro nesse caso o mero uso administrativo da estrutura da Fapesb pelo órgão público, sem gerar sinergias com a infraestrutura acadêmica. Outros editais (SESAB) são abertos para que as ICT's apresentem projetos e estabeleçam relações com os órgãos públicos demandantes.

Cabe ainda considerar a exclusão formal das ICT's privadas com fins lucrativos da maioria dos editais, o que parece indicar uma certa contradição entre a política da CAPES, que exige dos programas de pesquisa dos programas stricto-sensu das ICT's privadas com fins lucrativos o mesmo nível de excelência em pesquisa

requerido das instituições públicas, e, de outro lado, a política de apoio ao desenvolvimento tecnológico que impede as ICT's privadas de apresentarem projetos concorrendo aos editais.

Finalmente, os dados sugerem a necessidade de rigorosa reflexão sobre o apoio da FAPESB a ações diversas de Outras Instituições, o que parece não corresponder aos objetivos efetivos de uma política de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico.

No seu conjunto, os dados obtidos nesta pesquisa indicam baixo foco institucional na densificação das relações entre o setor produtivo e a infraestrutura de P&D, apesar de revelarem uma divisão relativamente equitativa dos recursos entre esses protagonistas da dinâmica da inovação.

### 6.3 Foco temático: seletividade e concentração em áreas estratégicas

Conforme estabelecido no modelo de análise desta pesquisa, a dimensão de focalização temática envolve a seletividade dos investimentos para áreas específicas de interesse do desenvolvimento regional, e, cumulativamente, a concentração dos investimentos em projetos capazes de repercutir efetivamente na dinâmica econômica do estado.

Cabe assinalar que esta pesquisa não inclui no seu escopo a análise das conexões entre as áreas-foco dos editais da FAPESB e as áreas identificadas e estabelecidas como áreas prioritárias para a política de desenvolvimento regional. A análise temática, portanto, é restrita à discussão do grau de seletividade temática dos editais.

Os dados obtidos nesta pesquisa indicam elevada generalidade temática das áreas de aplicação dos recursos nos editais dirigidos para as Empresas, que, ao se balizarem por extensos campos de conhecimento em 4 largos temas, como que **limita a possibilidade de prioridades efetivas para a estratégia de desenvolvimento regional**: Biotecnologia, biodiversidade, agronegócios, fármacos, cosméticos e saúde; Nanotecnologia, semicondutores e tecnologias da informação e comunicação; Biocombustíveis, energias e meio ambiente; Engenharias de produtos, processos, serviços e novos materiais. No caso do Edital 23/2010 (representando 23% dos recursos totais da categoria) foram adicionados 6 novos temas que, ainda que direcionados para o evento da Copa 2014, do ponto de vista tecnológico apresentam também elevada amplitude.

Do ponto de vista dos critérios estabelecidos em edital, ocorre também na categoria ICT's uma **ampla dispersão temática dos projetos apoiados**, com todos os editais admitindo projetos em qualquer área de conhecimento (exceção apenas de 1 entre 14 editais, representando 0,6% dos recursos totais desta categoria).

Ainda que seja essencial considerar os efeitos indiretos, a longo prazo e mesmo imprevistos, e para além do sistema econômico, da pesquisa científica, é também fundamental considerar de modo mais direto a crescente necessidade de sintonia fina entre o complexo de pesquisa científica e o setor produtivo do país. Trata-se de uma questão multidimensional, que eventualmente poderia ser equacionada em uma dupla perspectiva: o estímulo à pesquisa científica em geral, de um lado, e, de outro, o apoio aos projetos de pesquisa científica que evidenciem relações concretas com necessidades estratégicas do setor produtivo a curto, médio e longo prazos. Isso porém implica em rever critérios e fóruns de especificação de editais e de seleção de projetos, inserindo-se em uma revisão institucional mais ampla de condução da política.

Em relação à concentração, em um número restrito de projetos com potencial de impacto, dos investimentos previstos nos editais voltados para as Empresas, deve ser observada a elevada concentração dos recursos destinados a pequenas e micro empresas (74%), o que **limita o critério do mérito intrínseco (econômico, tecnológico, social) dos projetos de inovação**. Além disso, combinado com a generalidade temática, a limitada capacidade de investimento das micro e pequenas empresas **tende a induzir forte dispersão dos recursos em um grande número de pequenos projetos**, restringindo os efeitos sistêmicos cumulativos derivados da concentração dos investimentos em nichos estratégicos das diversas cadeias produtivas. Evidentemente existem méritos nas ações de apoio a micro e pequenas empresas, pela sua demonstrada contribuição para a geração de empregos e distribuição da renda, mas o caráter sistêmico dos investimentos em inovações e seu potencial de disseminar efeitos para o conjunto da economia regional (inclusive para as pequenas e micro empresas) sugere a necessidade de ponderar este critério com critérios especificamente relacionados ao potencial de disseminação dos impactos dos investimentos.

No caso dos editais relacionados às ICT's, em 2010, o valor médio máximo dos projetos admissíveis é de cerca de R\$ 180.000 (FAPESB, 2010a), um valor baixo, portanto **indutor de fragmentação dos recursos**. Assim como apontamos em relação às Empresas, também em relação às ICT's a fragmentação de recursos alia-se à absoluta generalidade temática, e limitam a perspectiva de assegurar impactos consistentes e estruturantes dos projetos na dinâmica econômica regional.

Mais uma vez os editais voltados para o Setor Público se diferenciam em relação aos editais voltados para as Empresas e ICT's, sendo especialmente relevante o fato de que os editais relacionados a **esses projetos apresentam um alto grau de especificação temática**, com a P&D sendo direcionada especificamente para equacionar problemas e desenvolver modelos e tecnologias diretamente relacionadas ao desempenho dos serviços públicos em questão (FAPESB, 2010b).

Forçoso concluir, portanto, que, medida pelos critérios de seletividade de áreas e concentração de investimentos por projeto, os dados revelam um muito baixo grau de focalização temática para o conjunto dos editais – com exceção dos direcionados ao setor público –, o que implica em pouca capacidade de impacto efetivo da política de apoio à pesquisa e à inovação para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado.

## 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Parece então inevitável concluir que a política de apoio à inovação praticada na Bahia, vista pela sua implementação através dos editais de fomento da FAPESB em 2010, apresenta importantes problemas de foco institucional, seja do ponto de vista da prioridade geral atribuída à área de ciência e tecnologia pela administração estadual, seja na perspectiva de fomentar a integração entre o setor produtivo e a infraestrutura de P&D do Estado, inclusive as universidades estaduais.

No que qualificamos de foco temático, relacionado à seletividade por áreas determinadas de conhecimento em projetos com potencial de impacto, o cenário analisado também se caracteriza por elevada fragilidade no direcionamento da política para áreas e setores específicos, que pudessem alavancar uma dinâmica sustentável de investimentos.

Os problemas encontrados na análise de focos são essencialmente de gestão institucional, indicando que o objetivo de estimular a capacidade tecnológica da economia regional, do ponto de vista da política pública praticada, se dilui com os critérios que direcionam a ação da agência pública regional.

Esses resultados da pesquisa na Bahia são convergentes com a análise para o país, feita por De Negri e Lemos (2009) e sobretudo por Cavalcante (2011), tanto no que diz respeito à excessiva pulverização dos recursos (pelo pequeno porte dos projetos e pela dispersão temática), quanto em relação à concentração dos recursos em pesquisa acadêmica e outras ações não necessariamente implicadas com a geração de inovações nos setores produtivo ou público. Neste sentido, esta pesquisa integra a discussão sobre a política pública nacional de desenvolvimento tecnológico.

Sendo convergente em relação à falta de foco institucional e temático, os resultados deste pesquisa na Bahia introduzem particularidades complementares importantes em relação ao quadro analítico estabelecido para o país, como, por um lado, o significativo e mais criterioso uso, por órgãos do setor público, do dispositivo institucional de apoio à inovação, e, por outro lado, o beneficiamento de instituições e ações cujo enquadramento nos programas de apoio à inovação pode ser questionado. A realização de outros estudos empíricos de corte regional, como este, pode ser importante, então, para configurar um cenário mais abrangente sobre a política de inovação do país.

Os achados desta pesquisa sugerem também a urgente necessidade de estudos de caráter mais vertical, que avaliem objetivamente os resultados práticos dos projetos apoiados, seja nas empresas em termos de impacto tecnológico e econômico, seja nas ICT's em termos de potencial de aplicação social e econômica dos resultados das pesquisas, seja no setor público em termos de elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Tabela 1 - Recursos, fontes e critérios dos Editais, segundo a categoria das instituições beneficiadas

Categoria	Edital	Recursos por Fontes		Principais Critérios de Elegibilidade	
		(em R\$ 1 mil)		Natureza Institucional ( <sup>a</sup> )	Áreas de Conhecimento ( <sup>b</sup> )
		Fapesb	Outra		
Empresas	08/2010 – Apoio a Pesquisa na Empresa (SE)	-	4.083	MPE	PDP
	23/2010 – Apoio a Pesquisa na Empresa	8.000	16.000	MPE	PDP e Copa
	09/2010 – Pesquisador na Empresa	133	519	MPE e Médias Emp.	PDP
	10/2010 – Inovação Aberta	5.000	-	MPE e Médias Emp.	PDP
	14/2010 – Cooperação Empresa-ICT's	4.000	-	Emp. qualquer porte	PDP
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>17.133</b>	<b>20.602</b>		
ICT's	05/2010 – Organização de Eventos C&T	300	-	ICT's	Todas áreas conhecimento
	04/2010 – Participação em Eventos C&T	250	-	ICT's	Todas áreas conhecimento
	02/2010 – Publicações	400	-	ICT's	Todas áreas conhecimento
	03/2010 – Apoio a Teses e Dissertações	30	-	ICT's	Todas áreas conhecimento
	06/2010 – Projetos de Infraestrutura	4.000	-	ICT's SFL	Todas áreas conhecimento
	24/2010 – PRONEX – Grupos consolidados	3.000	6.000	ICT's SFL	Todas áreas conhecimento
	25/2010 – PPP – Jovens Pesquisadores	2.000	4.000	ICT's SFL	Todas áreas conhecimento
	28/2010 – PRONEM – Grupos emergentes	2.300	4.547	ICT's SFL	Todas áreas conhecimento
	26/2010 – Assessorias Internacionais	310	-	ICT's Públicas	
	30/2010 – Cooperação Fapesb/INRIA-França	200	-	ICT' SFL	Específicas
	01/2010 – Apoio a SLI em ICT's	4.000	-	ICT's	
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>16.790</b>	<b>14.547</b>		
Setor Público	20/2010 – PPSUS	125	2.250	ICT's SFL	Saúde (específicas)
	BIO BAHIA (CNPq 22, 47 e 56/2010)	1.400	-	ICT's SFL	Biodiversidade
	26/2009 – Pró-Saúde S. Francisco do Conde	50	2.000	ICT's	Saúde (específicas)
	19/2010 – Ação Referencia em C&T	450	-	ICT's	Todas áreas conhecimento
	07/2010 – ATER – Pacto Federativo	82	11.100	EBDA	Agricultura Familiar
	22/2010 – Pesquisa em Segurança Pública	500	500	ICT's	Segurança Pública
<b>SUBTOTALS</b>	<b>2.607</b>	<b>15.850</b>			
Outras	21/2010 – Articulação Pesquisa-Extensão	850	-	ICT's	Área Social (específicas)
	11/2010 – Eventos de Popularização da C&T	150	-	ICT's	Sustentabilidade
	29/2010 – Projetos de Educação Científica	550	-	ICT's e Escolas	Todas áreas conhecimento
	12/2010 – Educação para Empreendedorismo	500	-	ICT's	Empreendedorismo
	13/2010 – Concurso Ideias Inovadoras	80	-	ICT's e independentes	Todas áreas conhecimento
	16/2010 – Eventos de Empreend. e Inovação	80	-	ICT's, Emp., ONG's	Todas áreas conhecimento
	17/2010 – Incubadoras economia solidária	100	2.400	ICT's e ONG's	Ação Social (específicas)
	18/2010 – Curso Especialização em Extensão	44	-	IES	Todas áreas conhecimento
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>2.354</b>	<b>2.400</b>		
<b>TOTALS</b>	<b>38.884</b>	<b>53.399</b>			

**Nota** Fonte: elaboração do autor a partir do Relatório de Gestão da Fapesb 2010 (Fapesb, 2011a) e dos Editais de Apoio a Inovação da Fapesb – 2010 (Fapesb, 2011b)

(<sup>a</sup>): MPE (Micro e Pequena Empresa); Média Emp. (Empresa de Médio Porte); Emp. De qualquer porte (Empresa de qualquer porte); ICT's (Instituição de ensino superior e pesquisa, centros tecnológicos ou associações e entidades de cunho científico-tecnológico, Públicas ou Privadas); SFL (Sem fins lucrativos); EBDA (Empresa baiana de Desenvolvimento Agrícola); independentes (pessoas físicas sem vínculo com ICT's); Emp. (Empresa); ONG's : Organizações Não Governamentais; IES: Instituições de Ensino Superior.

(<sup>b</sup>): PDP: temas definidos na Política (nacional) de Desenvolvimento Produtivo, articulados com áreas de interesse da administração estadual (Tema 1 – Biotecnologia, Biodiversidade, Agronegócios, Fármacos, Cosméticos e Saúde; Tema 2 – Nanotecnologia, Semicondutores e Tecnologias da Informação e Comunicação; Tema 3 – Biocombustíveis, Energias e Meio Ambiente; Tema 4 – Engenharias de Produtos, Processos, Serviços e Novos Materiais). COPA: 6 temas relacionados ao evento da Copa do Mundo de 2014, conforme descritos no Edital 23/2010 (FAPESB, 2010b). Específicas: temas especificados nos respectivos editais (FAPESB, 2010b).

Tabela 2 - Categoria Empresas – Alocação dos Recursos segundo o Porte das Empresas

Requisito dos Editais	Participação
Apenas MPE (Micros e Pequenas Empresas)	74%
MPE e Médias e Grandes Empresas	26%
	100%

**Nota.** Os critérios de classificação das empresas não são padronizados entre os diversos editais, utilizando-se diversas fontes. Para a finalidade desta Tabela, essa diversidade afeta a categoria de Pequena Empresa, tratada sucessivamente como aquela com Receita Bruta Anual entre 1,2 milhões e 10,5 milhões (Edital 9/2010), entre 2,4 milhões e 10,5 milhões (Edital 10/2010) e entre 1,2 milhões e 2,4 milhões (Edital 14/2010). **Fonte:** elaboração do autor a partir do Relatório de gestão da Fapesb 2010 (Fapesb, 2011a) e dos Editais de Apoio a Inovação da Fapesb – 2010 (Fapesb, 2011b)

Tabela 3 - Categoria ICT's – Alocação dos Recursos segundo a natureza da instituição de C&T

Requisito dos Editais	Participação
Apenas ICT's Públicas ou Sem Fins Lucrativos	84%
ICT's Públicas, Sem Fins Lucrativos e Privadas	16%
	100%

**Fonte:** elaboração do autor a partir do Relatório de gestão da Fapesb 2010 (Fapesb, 2011a) e dos Editais de Apoio a Inovação da Fapesb – 2010 (Fapesb, 2011b)

#### NOTAS

<sup>i</sup> “Então, o que é a Sociedade em Rede? É uma sociedade que está estruturada em suas funções e processos dominantes em torno de redes. Em sua manifestação atual é uma sociedade capitalista” (CASTELLS, 1996b, pág. 15, tradução nossa).

<sup>ii</sup> “Na verdade, mais do que nunca vivemos em um mundo capitalista, e, portanto, uma análise em termos de capitalismo é necessária e complementar à teoria da sociedade em rede. Mas essa forma especial de capitalismo é muito diferente do capitalismo industrial” (CASTELLS, 1996b, pág. 15, tradução nossa).

<sup>iii</sup> “A técnica em geral não é nem boa, nem má, nem neutra, nem necessária, nem invencível. É uma dimensão, recortada pela mente, de um dever coletivo heterogêneo e complexo na cidade do mundo” (LÉVY, 1993).

<sup>iv</sup> Inovação baseada na ciência, fortemente relacionada às atividades de P&D.

<sup>v</sup> Inovação estreitamente relacionadas ao aprender-fazendo, aprender-usando e aprender-interagindo

<sup>vi</sup> Seja em âmbito nacional, regional ou setorial.

<sup>vii</sup> Inovações de produto e/ou processo, em empresas industriais e de serviços de atividades selecionadas, com mais de 10 empregados.

<sup>viii</sup> Programa do Ministério da Ciência e Tecnologia, através da FINEP, que aplica recursos públicos não reembolsáveis diretamente em projetos selecionados de empresas, viabilizado pela Lei da Inovação (10.973/04) e pela Lei do Bem (11.196/05). Focaliza recursos nas áreas de TIC, biotecnologia, saúde, defesa nacional e segurança pública, energia e desenvolvimento social. Vem sendo objeto de editais anuais desde 2006, incluindo empresas de qualquer porte.

<sup>ix</sup> Considerando tratar-se de um setor no qual o principal ativo é o conhecimento, a despesa total é um indicador mais significativo que o investimento, que é definido no Balanço Geral do Estado como “Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente”.

<sup>x</sup> Medido pelo valor total dos editais lançados em 2010, exclusive o valor total das bolsas concedidas não relacionadas a projetos apoiados pelos editais das Diretorias Científica e de Inovação da Fapesb.



## REFERENCIAS

- ABDAL, A. A dinâmica produtiva recente das regiões metropolitanas. In: SALERMO, M. S. et. al. (Org.). **INOVAÇÃO 1: estudos de jovens pesquisadores brasileiros**. SP: Editora Papagaio, 2010.
- BACELAR, T. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**. Pernambuco: Banco do Nordeste v. 30, n. 2, 1999.
- BARBOUR, E. E MARKUSE, A. Regional Occupational and Industrial Structure: Does One Imply the Other? **International Regional Science Review**, v. 30, n. 1. jan. 2007.
- CARVALHO JÚNIOR, C. V., SILVA, D. V., PESSOTI, G. C. Análise da evolução da economia na Bahia entre 1975 e 2010 sob novo enfoque de contas regionais. **Bahia Análise e Dados**, v. 21, n. 2, 2011.
- CAVALCANTE, L. R. Consenso Difuso, Dissenso Confuso: paradoxos das políticas de inovação no Brasil. **Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, n. 13, 2011.
- DE NEGRI, J. A., ALVARENGA, G. V. A Primarização da pauta de Exportações do Brasil: ainda um dilema. **Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, n. 13, 2011.
- DE NEGRI, J. A.; LEMOS, M. B. **Avaliação das Políticas de Incentivo à P&D e Inovação Tecnológica no Brasil**. 2009. Nota Técnica. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2011.
- EVANS, P. **Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- FAPESBa. **Relatório de Atividades 2010**. Disponível em <[http://www.fapesb.ba.gov.br/?page\\_id=288](http://www.fapesb.ba.gov.br/?page_id=288)>. Acesso em: 12 jan. 2012
- FAPESBb. Editais de Apoio à Ciência e à Inovação. 2010. Disponível em <<http://www.fapesb.ba.gov.br/>>. Acesso em: 9 nov. 2011.
- FIALHO, S. H. **Desenvolvimento Regional, Política Pública e Inovação: o Setor de Software da Bahia**. 2006. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2006.
- FIRJAM. **Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal** edição 2010, Ano Base 2007. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/38410174/Indice-Firjan-de-Desenvolvimento-Municipal-edicao-2010>>. Acesso em: 21 out. 2011.
- FREEMAN, C., SOETE, L. **A Economia da Inovação Industrial**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008.
- LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LUNDEVALL, B. A. **Innovation, growth and social cohesion: The Danish Model**. Cheltenham, UK: Elgar Publishers, 2002.
- LUNDEVALL, B. A. National Innovation Systems – Analytical Concept And Development Tool. In: **DRUID TENTH ANNIVERSARY SUMMER CONFERENCE 2005 ON DYNAMICS OF INDUSTRY AND INNOVATION: ORGANIZATIONS, NETWORKS AND SYSTEMS**. Copenhagen, 2005.
- MCT. **Plano de Ação 2007 -2010**, 2007. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0021/21439.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0021/21439.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2011.
- MOWERY, D., ROSENBERG, N. **Trajatórias da Inovação: a mudança tecnológica nos EUA no século XX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.
- NELSON, R., WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- OCDE. **Manual de Oslo**. 3ª ed. FINEP, 2005. Disponível em: <[http://www.finep.gov.br/impressa/sala\\_impressa/manual\\_de\\_oslo.pdf](http://www.finep.gov.br/impressa/sala_impressa/manual_de_oslo.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2012.
- PEREIRA, N. M. Fundos setoriais no Brasil: um pouco da história. **Cienc. Cult.** 2007, v. 59, n. 4, p. 37-39. ISSN 0009-6725.

PINTEC. **Pesquisa de Inovação Tecnológica**: 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ROSENBERG, N. **Por Dentro da Caixa Preta**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **Business Cycles: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process**. New York and London: McGraw-Hill, 1939

SEFAZ. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado** – Exercício 2010. Salvador: SEFAZ, 2011. Disponível em: <http://www.sefaz.ba.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2011.

TEIXEIRA, F. **Tecnologia, Organizações e Produtividade: Panorama Internacional e Lições para o Brasil**. Salvador: UFBA, 1999. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/teixeira/apostila/PAPER.doc>. Acesso em: 05 jul. 2011.

TEIXEIRA, F., GUERRA, O e ARAUJO, S. Limites para uma Dinâmica Endógena na Economia Baiana. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.21, n.2, p. 235-252, jun. 2011.

TEIXEIRA, F., GUERRA. O 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.10, n.1, p. 87-98, jul. 2000.

TORRES-FREIRE, C. Por que analisar a estrutura produtiva brasileira sob a ótica da tecnologia e do conhecimento. In: SALERMO, M. S. et. al. (Org.). **INOVAÇÃO 1: estudos de jovens pesquisadores brasileiros**. SP: Editora Papagaio, 2010.

ZUCOLOTO, G. F. Lei do Bem: impactos nas atividades de P&D no Brasil. **Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, n. 2. Brasília: IPEA, 2010.